

# MP quer que Estado pague R\$ 21 mi a SMS

## Falta de repasse quase gerou desassistência

Gabriele Frades  
DA EQUIPE JC

O Ministério Público do Estado (MPE), através da promotora de Justiça, Euzá Missano, ingressa na manhã de hoje, sexta-feira, 9, com uma Ação Civil Pública contra o Estado de Sergipe para garantir o pagamento do montante de R\$ 21 milhões ao município de Aracaju, para garantir a recomposição do orçamento da saúde municipal. O atraso dos valores - referentes aos anos de 2011, 2012 e 2013 - fez com que as portas da Maternidade Santa Isabel e do Hospital de Cirurgia fossem fechadas na última quarta-feira, 7 - para realização de partos e cirurgias eletivas - por falta de insumos básicos para realização desses procedimentos, tais como algodão, luvas, álcool e gases.

Com as portas das duas instituições fechadas, vários pacientes enfrentaram dificuldades para serem submetidos aos procedimentos. Uma delas foi a filha da dona de casa Gicelia dos Anjos, que deu entrada na tarde da última quarta-feira na maternidade Nossa Senhora de Lourdes e teve que esperar até o início da madrugada de ontem para conseguir um leito. "Minha filha chegou precisando de uma maca e ficou esperando das 14h até 1h da manhã. Esperou esse tempo todo, mas nem conseguiu uma maca, me ofereceram foi uma poltrona, porque não tinham macas na maternidade. Além disso, falaram que não tinham sequer materiais para fazer o parto. Ou seja, se depender da saúde desse Estado, o povo morre. Ela tem 15 anos de idade e está enfrentando uma gravidez de alto risco. Já chegou aqui com as pernas inchadas e mesmo assim não deram prioridade a ela", lembra.

Quem também passou por várias dificuldades até conseguir segurar o filho nos braços foi a jovem Thais da Silva, 20 anos, que veio do interior para a capital na esperança de ter seu filho com mais tranquilidade. "Eu vim de São Domingos tentando receber um atendimento melhor, mas nem sei se fiz certo. Graças a Deus o susto passou, mas ontem quando cheguei na Santa Isabel e quase não consegui entrar pensei que fosse morrer. Depois que tive o neném fui encaminhada para a Lourdinha, mas aqui também está precário o atendimento. Falta tudo e por isso eu preferi espe-



Jorge Henrique

ATENDIMENTO na Santa Isabel foi suspenso na última quarta-feira

rar meu esposo aqui fora, porque lá dentro também só me deram uma cadeira. Agora que o pior já passou, espero que eles não deixem que nenhuma paciente passe pelo que eu passei, nenhuma mulher merece enfrentar tudo isso na hora de dar à luz", desabafa.

Para que o atendimento fosse normalizado nas unidades, um acordo foi firmado durante audiência pública de emergência, realizada na manhã de ontem, quinta-feira, 8, entre a secretária de Saúde do município, Gorete Reis, e os representantes das duas unidades hospitalares. O município informou que o fechamento dessas unidades foi provocado por causa do grande débito existente por parte do Estado com o fundo municipal da saúde - valores esses que vem de verbas da União e são depositados diretamente na conta do Estado, ainda no dia de hoje - 24 horas depois de firmado o acordo.

"Iremos efetuar os repasses referentes aos débitos que o município tem com esses fornecedores, débito este que gira em torno de R\$ 3,4 milhões. A partir de agora manteremos um contato com o Estado para que ele honre os repasses, para que situações como as vistas na última quarta-feira, não voltem a se repetir. Hoje só o débito do Estado é de mais de R\$ 21 milhões e por isso temos que pressionar para podermos viabilizar esses recursos. O Estado alega que não tem dinheiro em caixa, que está falido, mas essa desculpa não funciona para mim, pois os repasses que chegam são destinados especificamente para isso", afirma a secretária Gorete Reis.

Depois do acordo firmado, o diretor-presidente do Hospital de Cirurgia, Gilberto dos Santos, afir-

mou que o funcionamento pleno da unidade será retomado ainda na manhã de hoje, e que a suspensão dos serviços aos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS) não irá acontecer. "Por motivos alheios a nossa vontade, nós tivemos que suspender durante todo dia de ontem, a realização das cirurgias eletivas devido ao risco eminente à vida dos pacientes, tendo em vista que não conseguimos o recebimento dos repasses para honrar nossos compromissos. Caso o acordo seja realmente cumprido, não precisaremos suspender os atendimentos de urgência e retomaremos - ainda hoje - a realização das cirurgias eletivas e a remarcação das que estão previstas para ontem", garante.

Mas as dívidas do município com a entidade são bem maiores, apesar disso, Gilberto alega que com a ação civil tramitando, esse pagamento será realizado o mais rápido possível. "Além dos valores que vamos receber hoje da Secretaria de Saúde, ainda temos um débito em aberto no valor de R\$ 7 milhões - referentes aos meses de novembro e dezembro de 2012 - mas acredito que receberemos o quanto antes", espera Gilberto. Já a diretora clínica da maternidade Santa Isabel, Débora Leite, informa que apesar das denúncias o atendimento não foi suspenso na unidade por falta de leitos e, sim, por falta de insumos básicos. "Tivemos que realizar uma interrupção ontem por falta de insumos hospitalares básicos - como álcool, gaze, algodão, luvas-, pois o material só chegou no final da tarde, horário em que reabrimos as portas da unidade. Fomos ontem ao MP tentar realizar a organização dos pagamentos dos fornecedores numa tentativa de que essa interrupção não seja mais necessária", assegura.